



Formação Continuada e Práxis na EJA do Campo: Um Estudo em Presidente Figueiredo/AM

Continuing Education and Praxis in Rural Youth and Adult Education: A Study in Presidente Figueiredo/AM

Diego Rodrigues Gomes

Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción.

Resumo: O presente estudo analisa a formação continuada de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da Educação do Campo, em Presidente Figueiredo, Amazonas. O objetivo é compreender como os processos formativos contribuem para uma práxis pedagógica transformadora. A fundamentação teórica baseia-se na Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani e na Educação Popular de Paulo Freire. A metodologia seguiu uma abordagem qualitativa, com análise documental e entrevistas na Escola Municipal Ademilde da Fonseca Sobral. Os resultados indicam que a formação oferecida ainda é fragmentada e pouco territorializada, exigindo políticas públicas que reconheçam as especificidades da vida no campo amazônico.

Palavras-chave: educação do campo; EJA; formação continuada; Amazônia.

Abstract: This study analyzes the continuing education of teachers in Youth and Adult Education (EJA) within the context of Rural Education in Presidente Figueiredo, Amazonas. The objective is to understand how training processes contribute to a transformative pedagogical praxis. The theoretical framework is based on Historical-Critical Pedagogy by Dermeval Saviani and Popular Education by Paulo Freire. The methodology followed a qualitative approach, including document analysis and interviews conducted at Escola Municipal Ademilde da Fonseca Sobral. The results indicate that the training provided is still fragmented and insufficiently contextualized to the local reality, highlighting the need for public policies that recognize the specificities of life in the Amazonian rural context.

Keywords: rural education; youth and adult education; continuing education; Amazon region

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo no Brasil não se constitui como uma concessão do Estado, mas como um processo histórico de lutas sociais intensas, protagonizadas por movimentos camponeses que reivindicam o direito a uma educação que não seja apenas geograficamente situada “no” campo, mas politicamente e culturalmente “do” campo. Este paradigma exige o respeito absoluto às identidades, aos ritmos produtivos e aos modos de vida das populações rurais, rompendo com a lógica urbana que historicamente colonizou o currículo das escolas rurais. No estado do Amazonas, essa realidade ganha contornos de complexidade ímpar, dada a imensidão territorial e as particularidades socioculturais das comunidades ribeirinhas, indígenas e das famílias que habitam as vicinais.

Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta-se como uma modalidade estratégica e de reparação histórica. Ela atende sujeitos que,

atravessados por processos de exclusão social e econômica, não concluíram seus estudos na idade regular. No contexto amazônico, o aluno da EJA é, invariavelmente, um trabalhador da terra ou das águas, cuja relação com o conhecimento é mediada pela sobrevivência e pela resistência no território. Portanto, a escola do campo não pode ser um mero apêndice do sistema urbano; ela deve ser o centro de reflexão sobre a própria existência desses sujeitos.

O problema central deste estudo, que motiva a presente escrita, reside na análise da formação continuada dos docentes que atuam nesta modalidade no município de Presidente Figueiredo. Observa-se que, frequentemente, as políticas de formação são elaboradas de forma verticalizada e genérica, ignorando os saberes locais, a cosmologia amazônica e as dificuldades logísticas severas da região. Quando a formação ignora o “chão” onde o professor pisa, ela tende a transformar a prática pedagógica em uma reprodução mecânica de conteúdos desprovidos de sentido. O objetivo deste estudo é, portanto, discutir a premente necessidade de uma formação que promova a práxis — entendida aqui como a união indissociável e dialética entre teoria e prática — visando à emancipação do educando trabalhador e a valorização do docente como intelectual orgânico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: SAVIANI, FREIRE E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para discutir a formação docente na Amazônia, especificamente no contexto de Presidente Figueiredo, é essencial estabelecer um diálogo entre as correntes pedagógicas que privilegiam a função social da escola e a libertação do sujeito. Esta fundamentação não se pretende uma mera revisão bibliográfica linear, mas uma articulação dialética entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Popular, compreendendo que ambas, embora possuam pontos de partida metodológicos distintos, convergem na premissa de que a educação é um ato político e uma ferramenta de transformação das estruturas sociais opressoras. A formação de professores, neste sentido, deve ser vista como o espaço de superação da técnica pela reflexão crítica, permitindo ao docente atuar como um mediador entre o conhecimento científico e a realidade vivida pelo aluno trabalhador.

A Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani: A Função Social da Escola e a Consciência Filosófica

A contribuição de Dermeval Saviani é basilar para compreendermos a escola como um espaço de luta contra a hegemonia cultural e a alienação das classes subalternas. Segundo Saviani (2016), a educação é a produção do humano em cada indivíduo singular, o que exige a socialização do saber sistematizado — aquele conhecimento que foi acumulado historicamente pela humanidade e que deve ser apropriado pelas classes populares para que estas possam disputar a hegemonia na sociedade. Na perspectiva histórico-crítica, o papel do professor da EJA no campo não é o de um mero facilitador de conteúdos superficiais, mas o de

um intelectual que garante o acesso à cultura erudita de forma a instrumentalizar o aluno para a compreensão das leis que regem a natureza e a sociedade.

Ao analisarmos a realidade de Presidente Figueiredo, a teoria de Saviani provoca-nos a pensar que a formação continuada não pode ser confundida com um treino técnico para a aplicação cega de manuais pedagógicos. Ela deve permitir que o docente conduza o educando da “síncrese” — que é a visão caótica, imediata e fragmentada da realidade rural — para a “síntese”, que representa a visão totalizante, articulada e crítica do seu lugar no mundo. Esta transição é fundamental para que o aluno da EJA deixe de ver a sua condição social como algo natural ou imutável, passando a compreendê-la como o resultado de processos históricos que podem ser transformados através da ação consciente e organizada.

A consciência filosófica, conforme proposta pelo autor, é o objetivo último da prática docente que se pretende histórico-crítica, pois é ela que permite ao trabalhador rural decifrar as contradições do capital no campo. No contexto amazônico, isto significa que o professor deve estar apto a ensinar que a ciência e a técnica não são neutras, e que o domínio desses conhecimentos é essencial para que o camponês possa intervir na produção e na política local com autonomia. Assim, a formação de professores deve focar-se no adensamento teórico que permita ao mestre identificar os conteúdos universais presentes na vida cotidiana da vicinal, elevando o saber empírico ao nível do saber científico e filosófico.

Paulo Freire e a Pedagogia da Autonomia: O Diálogo e o Inédito-Viável

Complementarmente, a obra de Paulo Freire oferece o substrato ético e ontológico necessário para uma Educação de Jovens e Adultos que respeite a dignidade do sujeito. Para Freire (1996), a educação é um encontro de sujeitos mediatizados pelo mundo, o que rejeita categoricamente a “educação bancária”, onde o saber é depositado em alunos passivos. A “dialogicidade” freireana é o que impede que a escola do campo em Presidente Figueiredo se torne um centro de “invasão cultural”, onde os valores e ritmos da cidade são impostos sobre os saberes tradicionais da floresta, desqualificando a identidade do educando amazônico.

A formação docente, sob a ótica freireana, deve preparar o educador para a identificação e descodificação dos “temas geradores” que compõem o universo vocabular e existencial dos alunos. Em Presidente Figueiredo, esses temas emergem organicamente da relação com a terra, da gestão sustentável das águas e dos conflitos socioambientais que atravessam as comunidades. Quando o professor articula o saber acadêmico com o “saber de experiência feito”, ele promove a autonomia do educando, fazendo com que a escola deixe de ser um lugar de estranhamento para se tornar um espaço de autodescoberta e de afirmação da cidadania camponesa.

A práxis — a união indissociável entre a ação e a reflexão — torna-se, então, o motor do “inédito-viável”, conceito freireano que aponta para a capacidade humana de vislumbrar alternativas de vida onde antes só se via opressão. Para o professor

que atua na EJA rural, isto significa que a sua formação deve estimulá-lo a ser um pesquisador constante da realidade local, capaz de transformar as dificuldades estruturais do campo em oportunidades de aprendizagem crítica. A libertação do sujeito, nesta perspectiva, não é um evento isolado, mas um processo contínuo de humanização que ocorre quando o professor e o aluno se reconhecem como coautores do conhecimento e da própria história.

A Educação do Campo na Amazônia: Território, Identidade e Saberes Tradicionais

A Educação do Campo (EC) diferencia-se radicalmente da histórica “Educação Rural” que, durante décadas, serviu como um mecanismo de urbanização forçada e de subordinação do trabalhador rural aos interesses do agronegócio. Enquanto a educação rural tradicional via o campo como um lugar de “atraso” a ser superado, a Educação do Campo, conforme aponta Caldart (2008), nasce da pressão dos movimentos sociais para afirmar que o campo é um lugar de vida, de produção de ciência e de direitos. Na Amazônia, esta disputa de narrativa é central, pois o território é alvo de constantes pressões econômicas que desconsideram o modo de vida das populações locais.

Nesse sentido, a formação docente em Presidente Figueiredo precisa de ser um espaço de resistência contra o “epistemicídio” — o silenciamento e a destruição sistemática dos conhecimentos produzidos pelas populações tradicionais. O professor deve ser formado para compreender que o território amazônico não é apenas um cenário bucólico, mas um espaço político onde o conhecimento científico deve dialogar com a botânica local, com a história das vicinais e com as técnicas de manejo sustentável. Uma práxis pedagógica transformadora é aquela que consegue ensinar a matemática, a história e a língua portuguesa sem alienar o aluno da sua raiz territorial, fortalecendo a sua permanência no campo com qualidade de vida.

Por fim, a síntese entre Saviani e Freire na Educação do Campo exige que o professor seja um mediador cultural de excelência. Ele deve garantir que o aluno da EJA domine os códigos universais de poder e conhecimento — para que este não seja excluído da sociedade globalizada — mas deve fazer com que esse domínio ocorra através de uma pedagogia que valorize a diversidade amazônica. A formação docente deve, portanto, ser pensada como um ato de justiça cognitiva: garantir o acesso ao que há de mais avançado na cultura humana, partindo sempre da realidade concreta e do respeito aos saberes que sustentam a vida na floresta.

O CONTEXTO TERRITORIAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM

O município de Presidente Figueiredo, estrategicamente localizado na Região Metropolitana de Manaus, é amplamente reconhecido pela sua exuberante riqueza natural, sendo apelidado de “Terra das Cachoeiras”. No entanto, para além

do potencial turístico que movimentada a sede urbana, existe uma vasta extensão territorial rural composta por comunidades ribeirinhas e de vicinais que dependem intrinsecamente da agricultura familiar e do extrativismo sustentável. Esse cenário geográfico, marcado pela densidade da floresta amazônica e pela complexidade dos seus cursos hídricos, impõe uma dinâmica de vida que não se submete aos ritmos e lógicas da vida urbana, exigindo uma compreensão profunda das distâncias e dos tempos da natureza.

A educação nessas áreas enfrenta desafios singulares que extrapolam a questão pedagógica e adentram a logística de sobrevivência. A distância física entre as moradias dispersas e as unidades escolares é um fator determinante para o acesso e a permanência dos estudantes. Em períodos de intensa pluviosidade, comuns na região amazônica, a precariedade das estradas vicinais e o aumento do nível dos rios transformam o trajeto escolar em uma jornada de obstáculos. O transporte escolar, muitas vezes inadequado para as condições severas das vias, torna-se um gargalo que compromete o calendário letivo, exigindo que a escola do campo desenvolva uma resiliência e uma flexibilidade que raramente são previstas nos manuais de gestão educacional centralizados.

Portanto, o território de Presidente Figueiredo não deve ser visto apenas como um cenário bucólico para a prática educativa, mas como um elemento condicionante da práxis docente. A relação entre a terra, o trabalho e o tempo de estudo é o que define a identidade do sujeito camponês da região. Ignorar essa configuração territorial na hora de pensar a formação de professores é condenar a educação ao isolamento e à ineficácia. É necessário que o currículo e a prática pedagógica emergjam da compreensão de que o aluno rural é, antes de tudo, um sujeito que produz vida e cultura em um ecossistema que exige conhecimentos técnicos e tradicionais específicos para a sua preservação e reprodução social.

A Realidade das Escolas do Campo e a EJA

As turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Presidente Figueiredo são compostas, em sua maioria, por trabalhadores rurais, extrativistas e agricultores que buscam na escolarização uma via de melhoria na qualidade de vida ou a superação do estigma do analfabetismo funcional. Para esses sujeitos, o retorno aos bancos escolares na idade adulta é um ato de resistência e esperança, muitas vezes realizado após uma jornada de trabalho exaustiva no campo. Entretanto, a estrutura curricular oferecida frequentemente ignora essa trajetória de vida, apresentando conteúdos fragmentados que pouco dialogam com as necessidades pragmáticas e os saberes acumulados por esses homens e mulheres ao longo de décadas de vida na floresta.

A escola, em vez de consolidar-se como um polo de desenvolvimento local e de valorização da identidade camponesa, acaba, por vezes, reproduzindo modelos urbanos eurocêntricos que desestimulam a permanência do homem no campo. Quando o currículo prioriza competências voltadas exclusivamente para o mercado de trabalho urbano ou para a vida em metrópoles, ele envia uma mensagem implícita de que o sucesso pessoal depende da saída do campo. Esse processo

de “desruralização” mental contribui para o êxodo rural e para o esvaziamento das comunidades tradicionais, transformando a educação em um instrumento de alienação em vez de libertação, conforme alertado pelas teorias freireanas.

Nesse sentido, a prática pedagógica na EJA rural de Presidente Figueiredo precisa ser urgentemente ressignificada. A sala de aula deve converter-se em um espaço de diálogo onde o conhecimento científico sistematizado seja utilizado para explicar e potencializar as práticas produtivas locais. Se a escola não se reconhece como parte integrante do ecossistema amazônico, ela falha em sua função social de promover a cidadania. A construção de uma práxis pedagógica transformadora exige que o professor da EJA tenha sensibilidade para transformar a realidade da vicinal em objeto de estudo, fazendo com que o aluno se sinta sujeito de saber e perceba a educação como uma ferramenta de soberania sobre o seu próprio território e destino.

Políticas Públicas e Legislação Local

A análise de documentos norteadores, como o Plano Municipal de Educação de Presidente Figueiredo (Lei nº 544/2015), demonstra que existe uma previsão legal e uma intenção retórica voltadas para a valorização do ensino rural e para a diversidade cultural. O texto legal reconhece a necessidade de infraestrutura adequada e de formação específica para os docentes que atuam no campo. No entanto, o que se observa na materialidade do cotidiano escolar é um hiato persistente entre o “prescrito” na legislação e a “prática” formativa oferecida aos professores. As formações continuadas, em sua maioria, ocorrem na sede urbana e focam em diretrizes genéricas que não contemplam as especificidades da Educação do Campo ou as metodologias para turmas multisseriadas na EJA.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe uma camada adicional de preocupação para os educadores e pesquisadores da região amazônica. A padronização excessiva de competências e habilidades, embora pretenda garantir uma equidade nacional, corre o risco de sufocar as identidades culturais locais ao impor uma uniformidade que não reconhece a pluralidade dos Brasis rurais. Em Presidente Figueiredo, a pressão pelo cumprimento de metas de desempenho avaliadas por critérios urbanos pode levar ao silenciamento de saberes tradicionais, como o conhecimento sobre plantas medicinais, ciclos hidrológicos e a história das lutas camponesas na Amazônia, que não encontram espaço nos códigos estritamente técnicos da Base.

Diante desse cenário, urge que as políticas públicas municipais transcendam a formalidade das leis e se convertam em ações de suporte real ao docente. A valorização da Educação do Campo exige que a legislação local seja interpretada sob a luz da justiça cognitiva, garantindo que o professor tenha autonomia e tempo de planejamento para territorializar o currículo. O desafio posto para a gestão educacional de Presidente Figueiredo é o de construir pontes entre a norma nacional e a realidade local, assegurando que a BNCC não atue como um rolo compressor cultural, mas como um patamar mínimo que se enriquece com a exuberância e a sabedoria dos povos da floresta.

PERCURSO METODOLÓGICO: A INVESTIGAÇÃO NO CHÃO DA ESCOLA

Para que a análise da formação docente não ficasse restrita ao campo das abstrações teóricas e meramente especulativas, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, do tipo exploratório-descritiva, fundamentada na premissa de que a educação é um fenômeno social complexo que exige uma imersão direta na realidade. Segundo Severino (2017), a pesquisa qualitativa permite ao investigador debruçar-se sobre o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. No contexto da Educação do Campo, essa escolha metodológica é fundamental para dar voz aos sujeitos que historicamente foram silenciados pelas políticas educacionais padronizadas e urbanocêntricas.

O cenário de estudo foi a Escola Municipal Ademilde da Fonseca Sobral, localizada em Presidente Figueiredo/AM, instituição que se destaca pelo atendimento estratégico a comunidades rurais e pela oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em contextos de vulnerabilidade e resistência. A escolha desta unidade escolar não foi aleatória; ela representa um microcosmo das tensões vividas na Amazônia, onde a exuberância da natureza contrasta com a precariedade de recursos e a distância geográfica. A escola funciona como um polo de convergência de trabalhadores rurais de diversas vicinias, tornando-se o laboratório ideal para observar como as orientações da Secretaria de Educação são recebidas, adaptadas ou refutadas por aqueles que enfrentam os desafios diários da docência no interior do estado.

Dessa forma, a investigação buscou compreender a “gramática do cotidiano” escolar, indo além dos dados estatísticos de matrícula ou evasão. O foco exploratório permitiu identificar variáveis não previstas inicialmente, como a influência dos ciclos climáticos e agrícolas na frequência escolar e na disposição para a formação continuada. Ao descrever minuciosamente o ambiente e as práticas, a pesquisa estabeleceu uma ponte entre o “prescrito” nos documentos oficiais e o “real” vivido nas salas de aula, oferecendo um diagnóstico crítico sobre como a formação docente impacta, de fato, a construção de uma práxis que se pretenda transformadora e emancipatória.

Instrumentos de Coleta e Sujeitos da Pesquisa

A coleta de dados foi meticulosamente estruturada em três eixos complementares, garantindo a triangulação das informações para conferir maior fidedignidade aos resultados. O primeiro eixo consistiu na observação participante, que, conforme destaca Gil (2019), permite ao pesquisador manter um contato direto com o fenômeno observado para obter informações sobre a vida social dos sujeitos. Esta técnica foi crucial para captar as nuances do clima escolar, os rituais pedagógicos e as interações informais que ocorrem nos corredores e salas de aula, revelando as dificuldades logísticas e o cansaço dos alunos trabalhadores que a análise documental fria não seria capaz de registrar.

O segundo eixo baseou-se na análise documental exaustiva dos registros de formação da Secretaria Municipal de Educação e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Este procedimento permitiu confrontar as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (Lei nº 544/2015) com os temas efetivamente abordados nos encontros de formação docente. A análise documental serviu para desvelar o caráter muitas vezes verticalizado e tecnicista das propostas oficiais, que tendem a priorizar índices de produtividade em detrimento da reflexão crítica sobre a realidade camponesa. Ao investigar os diários de classe e as atas de reuniões, foi possível mapear o hiato existente entre a teoria pedagógica acadêmica e a prática possível no contexto amazônico.

Por fim, o terceiro eixo concentrou-se na realização de entrevistas semiestruturadas com cinco docentes que atuam diretamente no “chão da escola” rural, sendo este o ponto de saturação da coleta. A escolha desses sujeitos foi intencional e estratégica, baseada na sua imersão direta nas contradições do campo: quatro desses professores são residentes na própria zona rural de Presidente Figueiredo, o que lhes confere uma “identidade de lugar” que influencia diretamente sua percepção sobre a EJA. As entrevistas permitiram que os docentes discorressem sobre suas trajetórias, angústias e sucessos, oferecendo um material qualitativo denso sobre como eles ressignificam sua formação diante da ausência de materiais específicos e das barreiras geográficas da Amazônia.

Ética e Tratamento dos Dados

No que tange aos aspectos éticos, a pesquisa foi conduzida com rigoroso respeito às normas que regem as ciências humanas e sociais no Brasil. Respeitando a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, todos os participantes foram informados detalhadamente sobre os objetivos, riscos e benefícios da investigação, assinando livremente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi garantido o anonimato dos professores através do uso de pseudônimos, preservando sua integridade e liberdade de expressão, fator essencial para que as críticas às políticas de formação municipal pudessem ser registradas sem medo de retaliações institucionais.

Para o tratamento das informações coletadas, utilizou-se a técnica da Análise de Conteúdo, conforme as diretrizes estabelecidas por Lawrence Bardin. Este processo envolveu uma pré-análise através da leitura flutuante do corpus documental e das transcrições das entrevistas, seguida pela exploração do material para a constituição de unidades de registro. A intenção foi buscar categorias recorrentes e “núcleos de sentido” nas falas dos professores que apontassem, de maneira clara, para o impacto (ou a ausência dele) das formações continuadas em sua práxis diária. A análise não se restringiu ao que foi dito explicitamente, mas buscou compreender as entrelinhas e as omissões que indicam o descaso histórico com a educação do campo.

A interpretação final dos dados foi realizada através do confronto dialético entre as falas dos sujeitos e o referencial teórico de Saviani e Freire. Buscou-se identificar se a formação oferecida pelo município promove a passagem do “senso

comum” para a “consciência filosófica” (Saviani) e se há espaço para o diálogo que gera a autonomia do educando (Freire). Este rigoroso tratamento de dados permitiu concluir que a práxis pedagógica em Presidente Figueiredo é um campo de resistência, onde o professor, muitas vezes solitário, tenta construir uma educação que faça sentido para a vida do aluno trabalhador, apesar da fragmentação das políticas públicas educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: AS VOZES DO CAMPO

Os dados colhidos no “chão da escola” da zona rural de Presidente Figueiredo revelam um cenário de resistência cotidiana, onde o professor deixa de ser apenas um instrutor para atuar como um “articulador de saberes” em meio a carências estruturais crônicas. O que emerge das análises é a existência de políticas de formação que, embora bem-intencionadas no papel, parecem ignorar deliberadamente a geografia, o tempo e a cultura amazônica. O docente da EJA do campo equilibra-se entre a exigência de cumprimento de metas burocráticas e a necessidade ética de dar respostas às urgências de vida de seus alunos trabalhadores.

Esta articulação de saberes, no entanto, ocorre muitas vezes de forma solitária e assistemática. A pesquisa demonstra que o professor se sente um “estrangeiro” dentro das próprias diretrizes pedagógicas municipais, pois estas não contemplam as especificidades da vida nas vicinais. A resistência, portanto, manifesta-se no ato de “subverter” o currículo oficial para que a escola não perca sua função social e humana. Em vez de ser apoiado por uma rede de formação que compreenda o contexto rural, o professor acaba por exaurir suas forças tentando adaptar, por conta própria, modelos de ensino que foram pensados para realidades urbanas e industriais completamente distintas da realidade de Presidente Figueiredo.

Portanto, os resultados aqui apresentados não são apenas dados estatísticos, mas denúncias de um sistema que ainda enxerga a educação do campo como uma extensão menor da educação urbana. A voz do campo, ecoada através dos docentes entrevistados, clama por uma pedagogia que reconheça a Amazônia não como um cenário exótico, mas como um território político e de produção de conhecimento. A discussão que se segue busca dissecar essas tensões, utilizando o referencial da pedagogia crítico-dialética para compreender as lacunas e as potencialidades da prática educativa na região.

O Descompasso entre a Teoria e a Territorialidade

Um dos achados mais significativos e inquietantes desta investigação é o profundo sentimento de despertamento e alienação em relação aos conteúdos das formações continuadas oferecidas pelo poder público. Os docentes relataram de forma unânime que, embora participem das jornadas pedagógicas anuais de forma compulsória, os temas abordados são excessivamente voltados para o contexto urbano e cosmopolita. Essa “urbanização” do pensamento pedagógico cria uma

barreira epistemológica, pois o professor é treinado para ensinar em uma escola que não existe no território de Presidente Figueiredo, gerando um vazio entre o que se aprende na formação e o que se vive na prática da vicinal.

A categoria “territorialidade”, que para Saviani (2016) é essencial para que o ensino parta da prática social inicial dos sujeitos, é quase totalmente explorada nas políticas oficiais de formação. Quando o professor da EJA do campo é formado sob uma lógica urbana, ele é induzido, ainda que inconscientemente, a ver o aluno rural como um sujeito em “atraso”, alguém que precisa ser “integrado” à modernidade da cidade para ser considerado educado. Esse modelo formativo nega a identidade do campo e reforça o êxodo rural, pois não oferece as ferramentas intelectuais para que o aluno trabalhador compreenda e transforme a sua própria realidade camponesa e extrativista.

As entrevistas mostram, com contundência, que a prática pedagógica verdadeiramente transformadora só ocorre quando o professor, movido por uma consciência política e por iniciativa própria, decide “romper” com o currículo prescrito. Esse rompimento significa trazer a realidade da agricultura familiar, os ciclos de colheita do cupuaçu, a gestão das águas e os conflitos de terra para o centro do debate em sala de aula. É o momento em que a teoria freireana do “tema gerador” ganha vida, permitindo que a escola rural deixe de ser um local de reprodução de saberes inúteis e passe a ser um polo de resistência cultural e emancipação social, onde a Amazônia é lida e escrita pelos seus próprios protagonistas.

RUMO A UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO

Ao concluir esta investigação minuciosa sobre a formação continuada em Presidente Figueiredo, torna-se evidente que o município possui um potencial pedagógico extraordinário, porém subaproveitado devido à centralização excessiva e à padronização das políticas educacionais que desconsideram as nuances do campo amazônico. A Escola Municipal Ademilde da Fonseca Sobral, ao longo deste estudo, revelou-se muito mais do que uma unidade de ensino; ela serviu como um microcosmo pulsante das lutas, contradições e resistências que caracterizam a educação na Amazônia contemporânea. O diagnóstico final aponta que a emancipação do sujeito da EJA rural não é apenas uma meta pedagógica, mas uma urgência política que exige a superação do modelo de educação “para o campo” em favor de uma educação construída “com o campo” e “a partir do campo”.

A síntese dos achados confirma a hipótese inicial de que a formação docente oferecida atualmente pelo poder público é fragmentada, esporádica e profundamente desvinculada das especificidades geográficas, temporais e culturais que regem a vida nas vicinais. A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sem que haja uma mediação territorial crítica e qualificada, apresenta-se como uma ameaça real de silenciamento das identidades locais e de apagamento dos saberes tradicionais que constituem a riqueza do Amazonas. O estudo demonstrou que a imposição de modelos urbanocêntricos atua como um mecanismo de alienação,

dificultando a construção de uma consciência filosófica que permita ao aluno trabalhador reconhecer-se como protagonista de sua própria história e território.

Contudo, para além das lacunas institucionais, a pesquisa trouxe à luz uma categoria de docentes resilientes e comprometidos com a ética da libertação. Mesmo operando sob condições de precariedade material e sem o apoio institucional ideal, esses profissionais buscam na pedagogia da autonomia de Paulo Freire e na análise histórico-crítica de Dermeval Saviani os fundamentos necessários para transformar a sala de aula em um espaço de sentido. Esta resistência pedagógica é o que mantém viva a esperança de uma escola que dialogue com a realidade do trabalhador rural, provando que a práxis transformadora é possível quando o docente assume sua posição de intelectual orgânico, capaz de articular o conhecimento universal com as demandas concretas da floresta.

Recomendações para a Gestão Pública e Propostas de Intervenção

Para que o Plano Municipal de Educação de Presidente Figueiredo (Lei nº 544/2015) transcenda a condição de uma mera carta de intenções e se converta em realidade efetiva, urge a implementação de propostas que territorializem a prática formativa. Em primeiro lugar, propõe-se a descentralização radical das jornadas pedagógicas. Em vez de deslocar o professor do campo para a sede urbana para receber treinamentos genéricos, o poder público deve realizar formações itinerantes dentro das próprias comunidades rurais e vicinais. Esta mudança de perspectiva transforma a escola local em um laboratório vivo de reflexão, permitindo que os problemas logísticos e pedagógicos reais sejam o ponto de partida para o debate teórico e a construção da práxis.

Em segundo lugar, é imperativa a criação de Grupos de Estudo por Território (GETs), que agrupem professores que enfrentam desafios geográficos e socioculturais semelhantes. Esses grupos permitiriam o compartilhamento de metodologias para turmas multisseriadas e a produção autônoma de materiais didáticos contextualizados, superando a carência de recursos que hoje sobrecarrega o docente. Por fim, a valorização do saber local deve deixar de ser um discurso retórico para se tornar uma prática metodológica: a inclusão de mestres de saberes tradicionais — agricultores, extrativistas e parteiras — como colaboradores e palestrantes nos processos formativos é essencial. Essa integração promove uma verdadeira justiça cognitiva, onde o saber científico e o saber ancestral estabelecem um diálogo horizontal e libertador.

A construção de uma práxis pedagógica verdadeiramente transformadora na EJA do campo é um projeto coletivo de longo prazo que exige, simultaneamente, vontade política inabalável e rigor teórico profundo. Somente através de uma política de formação que reconheça o território como categoria pedagógica essencial é que a educação em Presidente Figueiredo deixará de ser um pálido reflexo dos modelos urbanos para se tornar a voz soberana e o motor do desenvolvimento humano integral na Amazônia. É preciso que a escola seja o lugar onde o trabalhador rural não apenas aprenda a ler a palavra, mas aprenda a ler o mundo e a escrever o seu futuro na imensidão da floresta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos no contexto da Educação do Campo, em Presidente Figueiredo/AM, ainda se apresenta marcada por fragilidades estruturais, especialmente no que se refere à ausência de articulação entre as políticas formativas e as especificidades territoriais, culturais e sociais da região amazônica.

Constatou-se que as ações formativas ofertadas pelo poder público tendem a seguir modelos padronizados e urbanocêntricos, desconsiderando os modos de vida, os saberes tradicionais e as dinâmicas próprias das comunidades rurais. Tal descompasso compromete a efetividade da prática pedagógica, na medida em que dificulta a construção de uma educação significativa para os sujeitos da EJA do campo, os quais possuem trajetórias marcadas por experiências de trabalho, resistência e produção de conhecimento em seus territórios.

Apesar dessas limitações, a pesquisa revelou a presença de docentes que, mesmo diante de condições adversas, desenvolvem estratégias pedagógicas fundamentadas na articulação entre teoria e prática, buscando aproximar o conteúdo escolar da realidade vivida pelos estudantes. Essa atuação evidencia a importância da práxis como elemento central de uma educação transformadora, conforme sustentado pelas contribuições teóricas de Saviani e Freire.

Dessa forma, torna-se imprescindível que as políticas públicas de formação docente avancem no sentido de reconhecer o território como categoria fundamental no processo educativo. Isso implica promover ações formativas contextualizadas, descentralizadas e construídas em diálogo com os sujeitos do campo, valorizando seus saberes e experiências. A formação continuada deve deixar de ser um processo meramente técnico e passar a constituir-se como espaço de reflexão crítica, produção de conhecimento e fortalecimento da identidade docente.

Por fim, conclui-se que a consolidação de uma educação do campo comprometida com a emancipação dos sujeitos depende da construção de políticas formativas que superem a lógica da homogeneização e incorporem a diversidade sociocultural brasileira. Nesse contexto, a valorização da práxis pedagógica territorializada apresenta-se como caminho essencial para a construção de uma escola que não apenas transmita conteúdos, mas que contribua efetivamente para a transformação da realidade social dos educandos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **O passageiro da noite: do trabalho para a EJA**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Brasília: Revista Psicologia Política**, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Diego Rodrigues. **Formação continuada de professores da EJA no contexto da educação do campo: construção de uma práxis pedagógica transformadora em Presidente Figueiredo/AM**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Asunción: UAA, 2026.

PRESIDENTE FIGUEIREDO. **Lei nº 544/2015**. Plano Municipal de Educação. Amazonas, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19^a ed. Campinas: Autores Associados, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24^a ed. São Paulo: Cortez, 2017.